



Índice

- 01** Indígenas invadem Funasa e cobram melhorias na saúde em Vilhena
- 02** Consciência negra e indígena é tema de evento no CEULP/ULBRA
- 03** Comunidades quilombolas da Região dos Lagos terão eventos especiais
- 04** Justiça: Ministério Público Federal quer aplicação imediata de efeitos de sentença que anulou

edital do Linhão de Tucuruí

- 05** Crianças de comunidade quilombola entram no mar pela 1ª vez em Alagoas
- 06** PL prevê criação de feriado no Dia do Índio
- 07** Ameaça de despejo aumenta tensão entre os Guarani-Kaiowá no MS
- 08** Embratur promoverá Jogos Mundiais Indígenas no exterior
- 09** SEPPIR divulga ações voltadas à segurança alimentar e nutricional dos quilombolas
- 10** No Dia da Consciência Negra, o V&A visita a comunidade quilombola Alto
- 11** Comunidade quilombola da Praça 14, em Manaus, sente orgulho de suas raízes negras na

Amazônia

- 12** MPF tem 55% de decisões positivas em processos de terras quilombolas

01 Indígenas invadem Funasa e cobram melhorias na saúde em Vilhena
SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 19.11.2014



O prédio da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), em Vilhena, está tomado por cerca de 60 índios da aldeia Mamaindê, que fica localizada há quase 80 Km, entre o município de Comodoro (MT) e Vilhena.

A ocupação começou nesta quarta-feira, 19, segundo os chefes por melhores condições de vida, em se tratando de assistência à saúde e trabalho.

Segundo o cacique pagê, José A., faltam medicamentos, insumos e transporte.

“Estamos aqui reivindicando mais a questão do trabalho do chefe da Sesai, queremos a demissão dele, pelo mau atendimento na questão da saúde. Esses repasses não estão sendo feitos da forma correta? Ou então, nós, os índios, será que não temos recursos destinados à saúde? Ou será que o Ministério da Saúde não aplica o recurso na saúde indígena?” Questiona o líder.

Ainda segundo os líderes indígenas, crianças e adultos estão morrendo pela falha no atendimento. “Por isso nós estamos pressionando os responsáveis e ficaremos instalados aqui até chegar uma resposta”, destacou o pagê.

“A gente podia estar lá, em nossa comunidade, em nossa aldeia, mas não. Viemos até aqui reivindicar. Só queremos assistência na área da saúde, pois quando precisamos de cuidados médicos ficamos à mercê do destino na Casa do Índio (Casai)”, desabafou a cacique das mulheres Elizabeth M..

“Estamos lutando por todas as etnias, todas as aldeias para trazer melhorias”, finalizou o cacique Alírio M.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208/ 2014

Brasília, 20 de novembro de 2014.

da aldeia “Água Suja”, instalada em Nova Conquista.

Fonte: **Extra de Rondônia**



02 Consciência negra e indígena é tema de evento no CEULP/ULBRA
SÍTIO SURGIU, 19.11.2014

O evento conta com a presença de representantes desses movimentos

Com o objetivo de fortalecer os estudos e as ações entre a instituição e as comunidades tradicionais, os cursos de Ciências Biológicas e Educação Física do CEULP/ULBRA promovem amanhã, 19, um momento de diálogo sobre a consciência negra e indígena.

Para discutir sobre esses temas, estarão presentes representantes de movimentos indígenas e afro-brasileiras, a fim de socializar e proporcionar aos interessados no assunto, um espaço para conhecimento, debate e reflexão sobre a diversidade da população brasileira.

Confira abaixo a programação e vivências interculturais:

14h – Oficina 1: “Discriminação étnico-racial: uma discussão sobre as questões afro-brasileiras na universidade” - Cristian Ribas, Movimento Negro (sala 407)

14h – Oficina 2: “História e cultura indígena em diálogo com a universidade” - Valci Sinã, Cacique e Diretor de escola indígena Xerente (sala 405)

17h30 – Confraternização

18h30 – Atividades culturais indígenas e afro-brasileiras (hall de entrada)

19h30 – Mesa-redonda: “Diversidade cultural: desafio de uma sociedade plural” (Auditório Central)

03 Comunidades quilombolas da Região dos Lagos terão eventos especiais
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 19.11.2014

Grupos em Cabo Frio e Búzios vão comemorar o Dia da Consciência Negra.

Programação de eventos incluem diversas manifestações culturais.

Do G1 da Região dos Lagos



Comunidades quilombolas da região terão programação especial (Foto: Divulgação / Quipea)

As homenagens à Zumbi dos Palmares começam nesta quarta-feira (20) nas comunidades quilombolas da Região dos Lagos do Rio. Promovidos pelo Quipea– Quilombos no Projeto de Educação Ambiental, os eventos homenageiam o maior líder quilombola do país. A data, que se transformou no Dia Nacional da Consciência Negra, será celebrada em 11 comunidades quilombolas nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, cinco delas em Cabo Frio e Búzios.

CONT.



Rejane Maria é remanescente de quilombo (Foto: Divulgação / QUIPEA)Rejane Maria é remanescente de quilombo

(Foto: Divulgação / Quipea)

A celebração é um convite para a reflexão sobre a história quilombola, sua luta por viver em seu território com um modo de vida sustentável e sua busca de novas formas para enfrentar o racismo e as desigualdades, que ainda existem nesse país. Os eventos terão programação variada: rodas de capoeira, maculelê, coral, jongo, palestras, passeata, rodas de diálogo, muita música e culinária típica.

Para a Presidente da Associação de Remanescentes do Quilombo de Maria Joaquina, em Cabo Frio, Rejane Maria de Oliveira a data é importante para resgatar memórias. "Comemorar o Dia da Consciência Negra tem a importância de resgatar a história da nossa comunidade, ajudar na construção da identidade cultural da população local e valorizar os laços culturais de nossos ancestrais", diz.

Armação dos Búzios

Em Búzios, o grupo vai comemorar a Semana da Consciência Negra com a Caminhada da Resistência que acontecerá às 8h com saída na Praça da Rasa nesta quinta-feira (20).

Cabo Frio

Maria Romana

Também nesta quinta-feira (20), a comunidade vai promover a 1ª Festa do Dia da Consciência Negra, que vai acontecer a partir das 9h, seguindo por todo o dia no Salão da Igreja Assembleia de Deus.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208/ 2014

Brasília, 20 de novembro de 2014.

Botafogo

O Projeto Cultural do dia 20 de novembro acontecerá das 08h30 às 15h na Casa do Presidente da comunidade.

Preto Forro

Na sexta-feira (21) a comunidade vai promover o Evento Cores e Cheiros, que vai acontecer no Campo da Associação das 9h às 13h.

Maria Joaquina

Durante as noites de sexta e sábado (22) acontecerá o III Evento da Consciência Negra do Quilombo de Maria Joaquina, das 19h às 21h, no Galpão do Quilombo.

04 Justiça: Ministério Público Federal quer aplicação imediata de efeitos de sentença que anulou edital do Linhão de Tucuruí

SÍTIO PORTAL BRAGANÇA, 20.11.2014

Por [Da Redação](#)



Linhão do Tucuruí

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) apresentou petição à Justiça Federal para garantir efeitos imediatos da sentença que determinou a anulação do edital da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para instalação da linha de transmissão de energia elétrica entre Manaus e Boa Vista, o linhão de Tucuruí, cujo projeto atravessa a terra indígena Waimiri Atroari.

A sentença, proferida pela 3ª Vara Federal no Amazonas em outubro deste ano, não produziu efeitos práticos porque uma decisão da presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, suspendeu uma decisão liminar que havia determinado a paralisação das obras de instalação da linha de transmissão, a pedido do MPF.

Na petição, o MPF destaca que a sentença deve produzir efeitos imediatamente porque, além de ter sido proferida após a instrução processual – fase em que são ouvidas testemunhas, colhidas provas e realizadas



diligências para apuração do caso –, tem abrangência maior que a da liminar. A decisão liminar suspendeu os atos relacionados ao empreendimento e ao licenciamento ambiental enquanto não houvesse consulta ao povo Waimiri Atroari. Já a sentença é bem específica e mais ampla, ao declarar a nulidade do edital para a instalação da linha de transmissão, ao determinar que o empreendimento não prossiga enquanto não houver um diagnóstico das alternativas locais existentes, e ao determinar que seja evitado qualquer traçado que possa atingir a área ocupada pelo povo indígena isolado Pirititi.

O MPF aguarda a manifestação da Justiça Federal em relação à petição.

Escolha de traçado por critério econômico – A sentença, assinada pelo juiz federal Ricardo de Sales, confirma o entendimento já manifestado pela Justiça Federal na decisão liminar de que os governos devem consultar os povos interessados cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los diretamente. Assim, a comunidade Waimiri Atroari deveria ter sido consultada há muito tempo, uma vez que sofrerá reflexos diretos da implantação da linha de transmissão.

O juiz afirmou que a Constituição Federal “reconhece o direito dos indígenas à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam” e que “não houve qualquer consulta prévia ao povo indígena Waimiri Atroari”.

Na sentença, também há destaque para informação apresentada pelo MPF na ação de que o projeto, segundo o Ministério das Minas e Energia, contemplava cinco alternativas locais para a linha de transmissão; entretanto, o traçado já estava estabelecido, sem qualquer definição técnica prévia, no edital do leilão para a instalação da linha de transmissão, atravessando a terra indígena Waimiri Atroari e na proximidade de outras terras indígenas.

Para o juiz, a escolha do traçado atravessando a terra indígena foi baseada puramente em aspectos econômicos e financeiros. “Houve ofensa aos princípios constitucionais, pois a escolha pelo critério econômico não pode se sobrepor aos direitos constitucionais do povo indígena”, afirmou o juiz Ricardo de Sales.

Além da ofensa aos direitos indígenas, a instalação da linha de transmissão no traçado definido pode gerar impactos socioambientais permanentes e cujos efeitos poderão repercutir no ecossistema nacional como um todo, de acordo com o juiz.

Violação aos direitos humanos – Na sentença, o juiz federal afirma que há patentes indícios de violação de direitos humanos, em especial de direitos dos povos indígenas, possivelmente decorrentes de ação de agentes do Estado brasileiro, o que implicaria em descumprimento de tratados e compromissos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208/ 2014

Brasília, 20 de novembro de 2014.

internacionais assumidos pelo Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em razão disso, o juiz determinou o envio de cópia do processo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para que o órgão internacional tome ciência dos graves fatos relatados na ação e possa analisar a conduta do Estado brasileiro e a compatibilidade dela com os compromissos internacionais assumidos pelo país.

A ação tramita na 3ª Vara Federal no Amazonas sob o nº 0018408-23.2013.4.01.3200.

Com informações da Assessoria de Comunicação

Procuradoria da República no Amazonas

05 Crianças de comunidade quilombola entram no mar pela 1ª vez em Alagoas
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 20.11.2014

Moradores de povoado de Batalha vieram a Maceió para uma exposição.

Crianças ficaram felizes e já pensam em voltar de novo para a capital.

Natália Souza

Do G1 AL

O abastecimento de água no povoado Cajá dos Negros, localizado no município de Batalha, Sertão alagoano, é precário e poucas casas têm água abundante nas torneiras. Muitos moradores utilizam a estocagem de água das chuvas e da barragem do município para uso próprio, mas na manhã desta quinta-feira (20) crianças do povoado, que são remanescentes de Comunidade Quilombola, conheceram pela primeira vez o mar, na Praia de Ponta Verde, em Maceió, e afirmaram que nunca haviam visto uma quantidade tão grande de água.



Mesmo com roupas, o pessoal não se incomodou em se molhar (Foto: Natália Souza/G1)

CONT.

"Eu já tinha visto um pouco do mar na televisão e na internet, mas eu não sabia que era tão grande assim", afirmou Ítalo dos Santos, 11 anos, emocionado ao tomar banho na praia pela primeira vez.

O grupo de crianças faz parte da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Remanescentes de Quilombolas, que participou do projeto de arte visual que envolve fotografia, cultura e novas tecnologias, Autorretrato Nordeste. As crianças aproveitaram a viagem para Maceió para prestigiar a exposição do projeto que contém fotos produzidas por elas e também deram um pulo no mar.



Ítalo diz que sentiu sede por causa do sal do mar (Foto: Natália Souza/G1)

(Foto: Natália Souza/G1)

"Quando eu soube que a gente vinha para Maceió para ver o mar eu fiquei ansioso e agora quando cheguei fiquei feliz. É muito bom, me sinto feliz dentro do mar. Mas a água é muito salgada, chega fico com sede. Quero vir de novo", completou Ítalo, que só saiu do mar para falar com a reportagem e para beber água mineral.

A pequena Roberta dos Santos, de apenas 3 anos, também realizou o sonho de conhecer uma praia pela primeira vez. Ela brincava de se jogar na areia e correr da onda quando a água se aproximava. Sua mãe registrava tudo com uma câmera digital. "Achei muito gostoso", disse a pequena.

A presidente da associação, Ivaniza Leite da Silva, destacou que esse ano o grupo fez uma programação diferente para celebrar o Dia da Consciência Negra. "A gente vinha para a exposição e tivemos a ideia de ver o mar, realizar o sonho de muitos e eu tenho certeza que esse dia vai ser inesquecível para eles. É um dia especial", disse.

CONT.



Meninas se divertiram ao brincar no mar (Foto: Natália Souza/G1)Meninas se divertiram ao brincar no mar (Foto: Natália Souza/G1)

"Eles ficaram muito ansiosos desde ontem, principalmente porque Batalha é uma região muito seca, onde o rio está desgastado e muitos só conheciam o mar pela televisão", contou o coordenador do projeto Autorretrato, Waldson Costa.

A dificuldade foi tirar as crianças da água para voltar para casa diante das brincadeiras na água. "Espero poder trazê-los aqui todos os anos", completou Ivaniza.



06 PL prevê criação de feriado no Dia do Índio
SÍTIO CENÁRIO MT, 20.11.2014

Projeto de Lei foi discutido em sessão plenária nesta quarta-feira e segue para CCJR; feriado seria no dia 19 de abril

Foi deliberado no Plenário da Câmara Municipal de Manaus (CMM) nesta quarta-feira, 19, o Projeto de Lei (PL) 331/2014 que institui o dia 19 de abril como feriado municipal em Manaus em homenagem ao Dia do Índio. A proposta foi criada pelo vereador Plínio Valério (PSDB) e agora será analisada pela 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). A justificativa do parlamentar é contingente de aproximadamente 120 mil indígenas, agrupados em 62 povos indígenas, no Estado entre os 62 municípios. Com esses números, o Amazonas é o que mais concentra indígenas no país. Na capital amazonense, segundo Valério, estão presentes as mais variadas etnias, de acordo com dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As mais numerosas são os Barés, os Sateré-Mawé e os Tucanos. “Manaus, como o próprio nome diz, é uma alusão aos índios Manaós que habitavam a região. Por esses motivos, acreditamos que o Dia do Índio deverá ser um momento para reflexões, reivindicações, debates e manifestações que precisarão de um dia exclusivo para que aconteçam com resultados positivos”, destacou o autor do PL.



Boletim de Notícias - Edição nº 208/ 2014

Brasília, 20 de novembro de 2014.

07 Ameaça de despejo aumenta tensão entre os Guarani-Kaiowá no MS
SÍTIO ECO AGÊNCIA, 20.11.2014

Ação de desocupação estava marcada para esta quarta-feira, na comunidade indígena de Kurussu Ambá, no Mato Grosso do Sul, com denúncias de isolamento, fome e ameaças aos guarani por grupos armados a mando de fazendeiros da região.

Luciano de Mello Silva



Comunidade a 420 quilômetros de Campo Grande tem cerca de 500 pessoas

Por Tamara Hauck - Especial*

O impasse sobre o despejo da comunidade indígena de Kurussu Ambá, marcado para esta quarta-feira (19), em Mato Grosso, aumentou a tensão na região – já conhecida como velho oeste brasileiro pela forte presença de grupos armados. Indígenas estão sendo isolados pelos fazendeiros, sem água e sem comida, e uma adolescente de 16 anos teria sido atropelada por seguranças particulares

Localizada a 420 quilômetros da Capital Campo Grande, a área é disputada por fazendeiros e os povos da etnia Guarani-Kaiowá há décadas. Desde 2007, já foram mais de dez assassinatos de indígenas em processos de retomadas de terras tradicionais. Além disso, as cerca de 500 famílias Kaiowá sofrem diariamente com ameaças, intimidações, pulverização proposital por agrotóxicos e fome. A presença de grupos armados na região e o cerco a que são submetidos os Guarani-Kaiowá renderam ao território outro apelido negativo: “Faixa de Gaza Indígena”.

CONT.



A mais recente vítima de violência na região é a indígena Jocikelle Martins, neta da rezadora Xurite Lopes, assassinada em 2007. Conforme os Guarani-Kaiowá, ela foi alvo de um [atropelamento criminoso](#) na segunda-feira (17), por um motoqueiro: “Os pistoleiros atacaram os estudantes indígenas, uma aluna com 17 anos foi agredida e ferida gravemente e se encontra no hospital. Segundo as comunidades, hoje de manhã os pistoleiros estão atacando as crianças/alunos, essa menina Guarani Kaiowa massacrada entrou em coma, com pernas fraturadas, e ouvidos ensanguentado. Está em estado grave. Estamos buscando a última informação de estado de saúde da menina ferida.” O relato foi postado no mesmo dia 17 na rede social Facebook, pelo perfil Aty Guassu (alimentado por indígenas da região).

Nesta quarta-feira (19), lideranças indígenas e ativistas de diversas partes do país tentaram entrar em contato com caciques da aldeia Kurussu Ambá para saber da ação de despejo marcada para esta data. Em um primeiro momento houve relatos de que os índios estariam amarrados em árvores, ameaçando um suicídio coletivo caso fossem retirados da terra, o que, posteriormente, foi negado.

No entanto, as informações são de que as vias de acesso a Kurusu Ambá precisam urgentemente ser desobstruídas pela Justiça, uma vez que há vigílias na região para impedir a entrada de serviços essenciais. “Kurusu Ambá está refém, sitiada e cercada pelos latifundiários do local. Nenhuma viatura da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) pode entrar na localidade, nem as viaturas da Fundação Nacional do Índio (Funai), levando cestas básicas, ou mesmo o ônibus escolar pode se aproximar da área”, explica a descendente kaiowá Cilene Lopes.

Até o momento, não se sabe o que foi decidido e os meios de comunicação tradicionais não divulgam o que ocorre na comunidade.

A retomada da terra tradicional

Em 22 de setembro deste ano, cansados de esperar pela demarcação de suas áreas tradicionais – o Grupo Técnico (GT) que visa a identificar a terra indígena de Kurussu Ambá estaria paralisado desde 2008 – os indígenas resolveram agir: saíram dos quatro hectares onde foram confinados e ocuparam uma pequena parte de seu território tradicional – terra que utilizam para plantar uma vez que a Funai não estaria conseguindo entrar para levar as cestas básicas e eles estão passando fome. Ainda assim, ocuparam somente uma pequena parte do que foi o território de Kurusu Ambá a que têm direito – apenas a área onde era a aldeia antiga e o cemitério, abrindo mão assim de todo território de caça, conforme lhes garante a Constituição Federal.

CONT.



A quinta retomada da terra por parte dos indígenas aumentou o terror na região, pois os arrendatários da fazenda reagiram com violência, mesmo com a ação de reintegração de posse, ajuizada em 25 de setembro, sendo positiva para eles. Antes mesmo do parecer da Justiça (em 06 de outubro), os fazendeiros destruíram os barracos indígenas (ocas de palha) por duas vezes: nos dias 03 e 12 de outubro, a aldeia foi cercada, alvo de incêndio e tiros.

Já os indígenas seguem resistindo. “Todos os Guarani-Kaiowá estão apoiando o movimento, a guerra não vai parar porque nunca resolveram a demarcação, enquanto isso lideranças são mortas e baleadas. Uma violência tamanha que já não aguentamos, mas vamos continuar resistindo”, reiterou a liderança Eliseu Guarani-Kaiowá à jornalista Luana Luizy, do Cimi.

Durante este período, foram gravados os documentários [Clamor Kaiowa 1 – Tekoa Takuara](#) e [Clamor Kaiowá 2 – Despejo Tekoha](#), em que os indígenas solicitam uma reunião com os ministros do Superior Tribunal Federal (STF) e reiteram sua determinação e só saírem de suas terras ancestrais mortos. Eles exigem a imediata continuação dos procedimentos demarcatórios e pedem em caráter de urgência ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal que todas as medidas para garantir a segurança das famílias sejam tomadas.

Marco temporal deve ser relativizado

O STF tem utilizado em seus despachos a controversa teoria do “marco temporal”, segundo a qual a Constituição de 1988 só garantiria aos índios as terras que eles estivessem ocupando no dia da promulgação da carta. Ignora, portanto, que muitos desses indígenas não estavam nos seus territórios em 1988 porque haviam sido expulsos pelo próprio Estado brasileiro. O [Ministério Público Federal entrou com pedido de concessão de efeitos modificativos contra decisão da 2ª Turma do STF](#), pois entende que, nos casos de expulsão forçada dos indígenas das terras que tradicionalmente ocupavam, a referência temporal de 1988 deve ser relativizada.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha fala sobre o absurdo da decisão do STF em [artigo](#) na Folha de São Paulo desta quarta-feira (17): "Como disse um líder kaiowá ao protestar recentemente em Brasília: 'A coisa está tão absurda que hoje querem nos penalizar por termos sido expulsos de nossos territórios. Querem que assumamos a culpa pelo crime deles. Durante décadas nos expulsaram de nossa terra à força e agora querem dizer que não estávamos lá em 1988 e, por isso, não podemos acessar nossos territórios?'."

CONT.



* Texto elaborado por Tamara Hauck a partir de matérias e relatos de [Luciano de Mello Silva](#), [Aty Guassu](#), [Tereza Amaral](#) (blog [Amazonia Legal em Foco](#)) e [Conselho Indigenista Missionário](#).

Abaixo o relato completo de Luciano de Mello Silva após conversa com a kaiowá Cilene Lopes

“A comunidade Kaiowá, desde a retomada da Tekoha Kurusu Ambá, vive momentos de tensão. Os Kaiowá estão voltando para sua terra sagrada. Kurusu Ambá, o local do firmamento na terra, é um tekohá antigo: sempre foi terra indígena, desde mais de 2 mil anos atrás. Segundo registros arqueológicos para a região, eles viviam lá desde muito antes da presença não-indígena no Continente.

Com a chegada da Companhia Colonizadora Mate Laranjeira, em 1928, foi feita a tentativa de expulsão dos Kaiowá de sua Terra Sagrada, que não foi bem sucedida, e, portanto, se iniciou em seguida o processo de escravidão e confinamento nas reservas indígenas dos Kaiowá – que resistiam e continuam resistindo na sua terra sagrada.

Nesta época, os Barões da Companhia Colonizadora Mate Laranjeira marcavam "seus índios" escravizados com seus sobrenomes e, assim, quando houve a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), estes sobrenomes foram utilizados para registrar os indígenas. Como, por exemplo, a família Veron, escravizada por uma família de franceses e descendentes de espanhóis da Argentina.

Hoje, os Kaiowá estão retomando uma pequena parte do foi o território de Kurusu Ambá, apenas a área onde era a aldeia antiga e o cemitério, abrindo mão assim de todo território de caça, conforme lhes garante a Constituição Federal. Neste momento, Kurusu Ambá está refém, sitiada e cercada pelos latifundiários do local. Nenhuma viatura da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) é permitida chegar na localidade, nem as viaturas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), levando cestas básicas, ou mesmo o ônibus escolar pode se aproximar da área.

A história da retomada de Kurusu Ambá é marcada por episódios de violência e crimes impunes.

Uma descendente da família Kaiowá desta localidade conta que, na primeira tentativa de retomada, a liderança Ortiz Lopes, descendente dos caciques antigos que viveram na região, foi assassinado com seis tiros na boca. Eles nem chegaram a entrar na área, ainda estavam acampados na beira de estrada quando na ocasião ocorria o Aty Guasu.

A segunda tentativa de retomada, com a nova liderança Osvaldo Lopes à frente da comunidade, também foi frustrada pelo assassinato brutal de Osvaldo. A informação, da mesma forma como ocorreu na primeira

CONT.



tentativa de retomada vazou, e Osvaldo foi assassinado ainda no acampamento à beira da estrada, sendo jogado na beira do asfalto para ser atropelado.

A mais brutal de todas as violências ocorridas em Kurusu Ambá foi na terceira tentativa de retomada, em 2007: os Kaiowa, desta vez, entraram em seu Território Sagrado e, no terceiro dia de retomada, mais de 20 caminhonetes com pistoleiros chegaram na madrugada (às 3h), e começaram a atirar. Eles invadiram o aldeamento à procura da liderança: a rezadora (Nhandesi), Xurite Lopes, anciã de 70 anos, que fugia com seus três netos no colo, foi cercada pelos pistoleiros e assassinada com dois tiros de arma calibre 12 na frente de seus netos que tinham oito meses, dois anos e quatro anos.

Esta história triste, de violências incompreensíveis e impunes não se justifica, nem pela sua existência, nem pela omissão do Estado e dos órgãos de Justiça e governamentais.

Neste momento, a comunidade Kaiowá de Kurusu Ambá está de novo em processo de retomada, eles estão agora novamente dentro de seu território sagrado e não vão mais sair de lá. Não aguentam a difícil vida à beira da estrada, nem a tristeza que é para sua cultura não poder ser enterrado junto a seus velhos.

Kurusu Ambá tem mais ou menos 500 famílias, com grande grupo de estudantes de séries iniciais e também de ensino médio. As demais crianças e adolescentes ainda carecem de melhores condições na área educacional, saúde e serviços públicos. As vias de acesso a Kurusu Ambá precisam urgentemente ser desobstruídas pela Justiça, uma vez que vigílias são feitas nos latifúndios da região, para impedir a entrada de serviços essenciais a todo cidadão brasileiro.”

EcoAgência



08 Embratur promoverá Jogos Mundiais Indígenas no exterior
SÍTIO CENÁRIO MT, 20.11.2014

Palmas (TO) espera que 100 mil pessoas sejam atraídas para a cidade durante o evento, agendado para setembro de 2015

O Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e o Ministério do Esporte fecharam parceria para incluir os Jogos Mundiais Indígenas no calendário de ações do Brasil como destino turístico de 2015.

Os jogos, marcados para setembro, serão destaque na Feira Internacional de Turismo (Fitur), evento que ocorre em janeiro na Espanha, e nas demais ações previstas até agosto.

“Esses jogos contribuem também para a afirmação da identidade cultural indígena”, afirmou Ricardo Cappelli, secretário nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte, após reunião com o presidente da Embratur, Vicente Neto.

“O sucesso da Copa do Mundo já demonstrou nossa capacidade de realizar grandes eventos esportivos. Os jogos indígenas reafirmam o Brasil como um país preocupado com a sustentabilidade e respeito ao meio ambiente e diversidade étnica. Além de valorizar a riqueza cultural dos povos indígenas, os jogos ajudarão a promover outros segmentos do turismo como o ecoturismo e o turismo de aventuras”, destacou Vicente Neto.

Para o presidente da Embratur, o torneio, com competições típicas como a corrida de toras e o futebol de cabeça (xikunahati), é também uma forma de mostrar a diversidade do Brasil. “Essa parceria, que conta também com a participação do governo local, ajuda a consolidar os eventos esportivos como importante plataforma do turismo.”

A expectativa da prefeitura de Palmas (TO), sede dos Jogos Mundiais Indígenas, é que 100 mil pessoas circulem pela cidade durante os 10 dias de evento, movimentando em torno de R\$ 50 milhões, entre a rede hoteleira, restaurantes, bares, trade turístico e comércio.

Jogos Mundiais Indígenas

Os I Jogos Mundiais Indígenas acontecerão em Palmas, capital de Tocantins, em setembro de 2015. Os Jogos dos Povos Indígenas surgiram no Brasil em 1996 em Goiânia, iniciativa do Comitê Intertribal

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208/ 2014

Brasília, 20 de novembro de 2014.

Memória e Ciência Indígena, com apoio do Governo Federal. Desde então, 13 edições nacionais já ocorreram. Agora, com participação já confirmada de 23 países, será a primeira vez que os jogos acontecem em âmbito mundial.

Além dos indígenas das Américas, também estarão presentes os povos da Austrália, Japão, Noruega, Rússia, China e Filipinas. Do Brasil, cerca de 22 etnias devem participar da competição. Apenas no Tocantins existem sete etnias com uma população de aproximadamente 10 mil pessoas.

Estão previstas disputas nas seguintes modalidades: tiro com arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de velocidade rústica (100m), canoagem rústica tradicional, lutas corporais, futebol de campo, natação e atletismo.



09 SEPPIR divulga ações voltadas à segurança alimentar e nutricional dos quilombolas
SÍTIO CEDEFES, 20.11.2014

Evento acontece hoje (20/11), às 10h, no auditório do Bloco “A” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Programação inclui lançamento dos “Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate”, divulgação da “Chamada de Assistência Técnica e Extensão Rural” e anúncio do “Selo Quilombos do Brasil”

Nesta quinta-feira (20), às 10h, ‘Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra’, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançam os “Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate”. A publicação trata de segurança alimentar e nutricional dos territórios quilombolas no Brasil. O evento acontece no auditório da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), no Bloco “A” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

A publicação visa à divulgação de avaliações e estudos, além de disseminar resultados de pesquisas e discutir acerca das políticas, programas, ações e serviços sociais dirigidos às comunidades quilombolas. Intitulada “Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados”, a edição que será lançada amanhã apresenta os principais resultados da pesquisa “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas”.

O objetivo principal das obras é “trazer insumos instrumentais para o aprimoramento de programas sociais voltados à população quilombola, a partir de levantamento inédito junto a este grupo, tanto pela escala territorial coberta, quanto pelo escopo temático investigado”.

A programação evento foi organizada em função do ‘Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra’, celebrado em 20 de novembro. A data, celebrada pelo movimento social negro desde os anos 1970 e instituída como data oficial nacional através da Lei Nº 12.519/2011, faz referência à morte do líder Zumbi dos Palmares, símbolo da luta pela liberdade e valorização do povo afro-brasileiro. Mais de mil municípios já decretaram o 20 de novembro feriado.

Selo Quilombos do Brasil

A atividade terá também o anúncio do “Selo Quilombos do Brasil”, uma estratégia criada pela SEPPIR para identificar os produtos oriundos de Comunidades Quilombolas, como verduras, legumes, polpas de frutas,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208/ 2014

Brasília, 20 de novembro de 2014.

laticínios e artesanato. A iniciativa, criada no âmbito do [Programa Brasil Quilombola](#), promove maior valorização étnico-cultural e possibilita novos espaços de comercialização para a produção genuína do segmento.

Chamada de Assistência Técnica e Extensão Rural

A programação inclui, ainda, o lançamento e publicação no Diário Oficial da União da “Chamada de Assistência Técnica e Extensão Rural”. Desenvolvido após parceria da SEPPIR com o MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o edital tem por objetivo selecionar entidades para prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) destinado a famílias quilombolas em situação de extrema pobreza, no âmbito do [Plano Brasil Sem Miséria](#).

O documento compreende o planejamento, execução e avaliação de atividades individuais e coletivas, com vistas à inclusão produtiva e garantia da segurança alimentar, além do incremento da renda.

A ação, que beneficiará cinco mil famílias quilombolas, abrange os Estados do Amapá, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais e Pará.

Fonte: SEPPIR

10 No Dia da Consciência Negra, o V&A visita a comunidade quilombola Alto
SÍTIO O POVO ON LINE, 20.11.2014

No Dia da Consciência Negra, o Vida & Arte visita a comunidade quilombola de Alto Alegre, em Horizonte, a 40 km de Fortaleza

Marcos Sampaio marcossampaio@opovo.com.br

Edimar Soares



Em Horizonte, a 40 km de Fortaleza, a comunidade Alto Alegre abriga, em casas muito simples, 270 famílias descendentes do Negro Cazuza. Vindo da África com outros 40 escravos, ele escapou da morte pulando ao mar, quando os traficantes tentaram descartar os prisioneiros. Chegou ao litoral cearense, se instalou em Pacajus, foi capturado e apanhou por três dias. Mesmo dado como morto, se casou com uma índia, teve 14 filhos e fundou um quilombo.

Reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2005, a comunidade de Alto Alegre se divide entre o que guardou de tradição e as novidades tecnológicas. Maria Alves da Silva, 85, já não é mais a parteira da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208/ 2014

Brasília, 20 de novembro de 2014.

região, uma vez que os moradores preferem os cuidados do hospital mais próximo. Já a raizeira Maria de Sousa Belarmino, 64, embora conviva com os remédios industrializados, ainda é procurada frequentemente. “Ainda ontem veio uma menina aqui com cansaço. Passei mel de urucum”, receita.

Boa parte dos jovens da comunidade já encontrou trabalho em empresas ou abriu o próprio negócio, que vai de mercadinho a lan house. Mas a agricultura e o artesanato com palha e barro ainda estão presentes. Bisneto do Negro Cazuzo, Cirino Augustinho, aos 86 anos cuida cotidianamente das plantações de arroz, algodão e milho, enquanto sua esposa, Antônia Ramalho da Silva, 76, elabora cestos e outros utensílios com palha de carnaúba.

Nego do Neco, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências (Arqua) explica que hoje há grande interesse imobiliário pelas terras demarcadas e que a chegada de drogas como o crack e o crocodil ameaçam a população mais jovem. Para discutir problemas e dividir soluções, os descendentes de Negro Cazuzo se encontram anualmente com outras comunidades quilombolas do Estado e do Brasil para discutir propostas e soluções.

Multimídia

[Confira galeria no portal](#)

11 Comunidade quilombola da Praça 14, em Manaus, sente orgulho de suas raízes negras na Amazônia
SÍTIO A CRÍTICA, 20.11.2014

Para os descendentes de escravos residentes na Comunidade do Barranco, Zona Sul, não faltam motivos para comemorar o Dia da Consciência Negra

Manaus (AM), 20 de Novembro de 2014

LUANA CARVALHO



Descendentes dos afrodescendentes que criaram a Comunidade do Barranco, o segundo quilombo urbano do Brasil (Érica Melo)

Reconhecido recentemente como o segundo quilombo urbano do Brasil, a Comunidade do Barranco, no bairro Praça 14, Zona Sul, reúne cerca de 120 descendentes de escravos. Membros da quinta geração da família comentaram sobre as histórias e marcas deixadas pela matriarca Severa Fonseca, que chegou no Amazonas em 1890, depois de ser alforriada no Maranhão.

“Ela tinha marcas das algemas nas pernas e nas mãos. Era uma pessoa muito boa. Tive sorte de conhecê-la quando casei com o neto dela, em 1950. Mas infelizmente ela faleceu em seguida”, conta a aposentada Creuza da Silva Fonseca, de 79 anos.

Creuza se emociona sempre que fala dos antepassados. Durante a reportagem, a aposentada derramou algumas lágrimas ao lembrar da data que se comemora hoje. “O dia da Consciência Negra é muito importante. Lembro de todos que já se foram, entre eles meu marido. Foram pessoas que me receberam muito bem. Me deram amor e carinho. Não sou preta, mas me considero. Casei com um descendente de escravo e me orgulho muito disso”.

Todos os anos a comunidade realiza a tradicional festa de São Benedito, que entrou no calendário cultural do Estado neste ano. Creuza é devota do santo e contou como a imagem chegou a Manaus. “Quando a

CONT.



vovó Severa foi libertada, os seus senhores, sabendo que ela era devota, deram-lhe a imagem de presente. Dizem que é uma das únicas do Brasil”. A imagem, feita de pau de angola, está guardada em uma das casas do quilombo. Os “Fonsecas” garantem que ela já fez muitos milagres.

Vice-presidente do Movimento Negro e primo do saudoso Nestor Nascimento, considerado o maior líder negro da história do Amazonas, Cássio Fonseca comentou sobre a luta em preservar a história da família. “Estamos no bairro há mais de 125 anos, vindos da cidade de Alcântara, no Maranhão. Diziam que no Amazonas não tinha negros, mas agora somos o segundo quilombo urbano do Brasil, reconhecido pela Fundação Cultural Palmares”.

Hoje, a comunidade oferecerá uma grande feijoada, como de costume. “Todos os anos fazemos essa festa regada a feijoada e samba. É um festejo, uma celebração do nosso povo”, comentou Cássio.

Comunidades quilombolas

De acordo com o pesquisador do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Emmanuel de Almeida Farias, existem sete comunidades quilombolas no Estado: Comunidade do Tambor, em Novo Airão; Comunidade Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Trindade, Ituaquara e Boa Fé, em Barreirinha e a do Barranco, na capital do Amazonas.

“Muitas dessas comunidades quilombolas reconhecidas e já certificadas enfrentam problemas graves para manter seus territórios. Em Barreirinha, os quilombolas de Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Trindade, Ituaquara e Boa Fé estão lutando para manter a floresta, lutando contra o avanço de fazendeiros”.

12 MPF tem 55% de decisões positivas em processos de terras quilombolas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Quilombo da Mormaça (Foto: Cáritas Arquidiocesana de Passo Fundo)

Cinco das nove ações propostas em novembro do ano passado, em atuação coordenada, tiveram sentenças ou liminares favoráveis da Justiça

MPF

A demarcação das terras quilombolas vem andando a passos lentos nos últimos anos. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de 2003 a 2013 foram emitidos 108 títulos em favor de territórios quilombolas. Atualmente, há cerca de 1.290 processos abertos, aguardando reconhecimento dos territórios. Para fazer os processos avançarem, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações indígenas e comunidades tradicionais) lançou, em 20 de novembro de 2013, dia da Consciência Negra, a ação coordenada “MPF em Defesa das Terras Quilombolas”.

Foram propostas nove ações civis públicas nos estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Rio Grande do Sul. Em um ano de atuação, o balanço é positivo. Segundo relatório apresentado durante Encontro Temático da 6ª Câmara, que discutiu a demarcação das terras quilombolas, há decisão a

CONT.



favor do MPF em 55% dos processos.

Cinco das nove ações propostas em novembro do ano passado tiveram sentenças ou liminares favoráveis da Justiça. “Nossa ação coordenada em 2013 provocou uma utilização maior dos recursos, fez alguns processos andarem. Mas a situação da questão quilombola ainda é um absurdo, com menos de 3% das terras regularizadas”, destacou o coordenador da ação, procurador Leandro Mitidieri.

O Incra estima que em todo o Brasil existam mais de três mil comunidades quilombolas; porém, até outubro deste ano, apenas 154 títulos de propriedade coletiva haviam sido emitidos em benefício de 127 territórios, 217 comunidades e 13.145 famílias quilombolas.

Espírito Santo – O MPF entrou com ação, com pedido liminar, para que fosse declarada nula decisão que reverteu para empresa privada terras do estado. Para o MPF, houve fraude a fim de revertê-las ao patrimônio público estadual. Na ACP, o MPF argumenta que, demonstrada a ocupação tradicional quilombola sobre algumas dessas terras, pretende-se a titulação delas. O pedido do MPF foi acatado e o processo está na fase de conclusão para decisão. Ação Civil Pública nº 0000693-61.2013.4.02.5003

Mato Grosso do Sul - A Justiça Federal deferiu em parte pedido do MPF em ACP para que o Incra concluísse em 60 dias o processo administrativo de ratificação do título de domínio da fazenda Che Kay e a reserva, na Lei Orçamentária Anual/2014, do montante de R\$ 12.388.000,28 para a indenização das benfeitorias e da terra nua aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas. Na decisão, o juiz deferiu a reserva dos valores. Ação Civil Pública nº 0004631-47.2013.4.03.6002

Pará – No estado do Pará, a Justiça decidiu que o Incra deverá dar andamento aos processos de regularização das terras quilombolas da Ilha do Marajó e dar prioridade aos que já se encontram em fase avançada, para que as terras sejam regularizadas no prazo de 24 meses. O Incra também deve priorizar os processos cujas fases estejam mais atrasadas para que no prazo de 48 meses sejam concluídos. Ação Civil Pública nº 0032726-45.2013.4.01.3900

Ainda no Pará, a Justiça foi parcialmente favorável ao MPF na ACP nº 0032727-30.2013.4.01.3900 e determinou a fazendeiro que não faça lançamento aéreo de agrotóxicos na plantação de arroz situada na Fazenda Reunidas Espírito Santo até que estejam cumpridos os requisitos previstos na legislação (Decreto-Lei 917/69, Decreto 86.765/81 e IN MAPA 02/2008).

Rio Grande do Sul – Como resultado da ACP ajuizada, ficou determinado ao Incra que dê prosseguimento ao procedimento administrativo destinado à demarcação e delimitação da área destinada ao quilombo de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208/ 2014

Brasília, 20 de novembro de 2014.

Mormaça, existente em Sertão (RS) (processo nº54220.001784/2005-41), no prazo de 30 dias a contar da sua intimação, prorrogável por igual período, na forma estabelecida no art. 49 da Lei nº9.784/99, sob pena de multa diária arbitrada em R\$10 mil, sem prejuízo da responsabilização do agente público em caso de descumprimento da ordem judicial.

Ação Civil Pública nº 5008305-10.2013.404.7104.